

Monitor Mercantil – 12/04/2011

Coluna Primeira Linha

Burocracia ambiental atrasa novos portos e hidrelétricas

<http://www.monitormercantil.com.br/mostranoticia.php?id=93556>

S. Barreto Motta

Na feira paulista Intermodal, Paulo Corsi, presidente do porto de São Francisco do Sul (SC), deu emocionado depoimento sobre as exigências ditas ambientais. Informou ao plenário que, para dragagem - mais do que necessária - no porto que preside, ele e sua equipe passaram três anos e meio entregando documentos e se explicando a organismos ambientais. Em vista disso, declarou: "Se um porto já existente precisa de três anos para poder desobstruir seu canal de acesso, pode-se concluir que, para um terminal novo, é praticamente impossível conseguir iniciar operações. O porto antigo representa uma intervenção já existente no ambiente, há décadas ou há séculos."

E conclui Corsi: "Se o Brasil quer progredir, precisa mudar sua legislação e a prática ambiental. Como está, cria-se um cinturão ambiental e burocrático que, na prática, impede novos projetos". O depoimento é dramático. Muitos portos foram criados por Pedro Álvares Cabral e seguidores, que, ao chegar com as caravelas, procuravam um local abrigado para suas naus. Hoje, em portos tradicionais como Santos e Rio, antes de qualquer dragagem aparece um grupo de ditos ecologistas que deseja saber o que irá ocorrer com animais marinhos, o efeito da remoção de terra e o curso das águas. Enquanto isso, na Ásia, existem portos que movimentam, isoladamente, muito mais contêineres do que todo o Brasil.

Certamente há um efeito na ecologia, mas os asiáticos devem ter concluído que a geração de renda para evolução social e econômica é também uma questão relevante para suas populações. No momento em que o mundo reestuda os riscos da energia atômica, vê-se que ambientalistas e o ministério público fazem um cerco a Belo Monte, Jirau e Santo Antonio. A pretexto de proteger a população local e indígenas - que merecem compensação, mas não podem impedir o progresso - esses setores apelam até à Organização dos Estados Americanos para obstar essas usinas.

Claudio Sales, presidente do **Instituto Acende Brasil**, reclamou, nesta terça-feira, que o Ibama leva em média 13 meses para emitir termo de referência para o setor elétrico, quando a lei se refere ao máximo de sete meses. A licença prévia significa mais um ano de espera. A burocracia ambiental amplia em até 5% os custos de uma usinas, segundo dados do Banco Mundial, citados por **Sales**. A conta, é claro, vai para o contribuinte que já paga os valores mais altos do mundo para ter energia.

Enquanto o mundo obtém energia de petróleo, carvão, gás e do átomo, o Brasil tem a dádiva hidrelétrica e, como no caso dos portos, não pode se render a radicais pretensamente ambientalistas. Esses líderes pregam análises tão profundas do uso da energia hidráulica que praticamente iriam inviabilizá-la e obrigar o país a usar petróleo ou carvão, muito mais poluentes, para movimentar suas turbinas. Por fim, e não menos importante, por que não se faz um movimento contra as usinas de

carvão projetadas por Eike Batista para o Norte fluminense - deixando-se em paz as ambientalmente corretas Belo Monte, Jirau e Santo Antônio?